



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2014/330741-0 19 set 2014 14:42

JUCERJA

Guia: 101308421

3330016334-4

Atos: 980

AGUAS DO PARAIBA S/A

HASH: S14093307410S

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00

ULT. ARQ.: -

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF) CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA Nº DE MA AUXILIAR

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33.30016334-4
Protocolo: 00-2014/330741-0 19/09/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014. É O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000565-5/000
DATA: 24/09/2014
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	-------	---------------------------

003	980			Registro de Debêntures
-----	-----	--	--	------------------------

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: Rono Lima Santos

Assinatura: [Assinatura]

Telefone de contato: 21 3231-8200

Rio de Janeiro
Local
17/09/2014
Data

2. USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

4.1.

Processo em ordem.
A decisão.

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) 2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) 2ª Exigência 3ª Exigência 4ª Exigência 5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Presidente da Turma

Primeiro Vogal

Vogal

ANTONIO F. ORVogal

OBSERVAÇÕES:

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A

Nire: 33300163344

Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014

CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F

Arquivamento: ED33000565-000/5



729325

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.**

entre

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A
como Emissora

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.
Como Garantidora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
18 de setembro de 2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

h
my

ÍNDICE



729326

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO	3
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	3
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	8
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	15
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO	16
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	18
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	24
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	33
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	43
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES DA EMISSORA.....	45
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	53

1000

✓

1.
✓

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729327

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

Pelo presente instrumento particular:

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A., sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Dr. José Alves de Azevedo, nº 233, CEP 28.030-002, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 01.280.003/0001-99, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0016334-4, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente Emissão, conforme abaixo definida ("Debenturistas"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

e, ainda, na qualidade de interveniente-anuente,

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A., sociedade anônima sem registro de capital aberto perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Francisco Sá, nº 23, sala 807, Copacabana, CEP 22080-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 09.266.129/0001-10, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.3.0028477-0, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Garantidora").

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Águas do Paraíba S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729328

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 17 de setembro de 2014, nos termos do artigo 10, parágrafo 1º, alínea (f) de seu Estatuto Social ("AGE"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, conforme definido abaixo, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à (a) formalização, efetivação e administração das deliberações da AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para a emissão das Debêntures, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Emissão; e (b) formalização e efetivação da contratação do Coordenador Líder, dos assessores legais e dos prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão, tais como escriturador mandatário, banco liquidante, assessor legal, CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações.

1.2. Autorização da Garantidora

1.2.1 A Fiança (conforme abaixo definido) é outorgada pela Garantidora com base nas deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Garantidora realizada em 17 de setembro de 2014, nos termos do artigo 14, alínea (k) de seu Estatuto Social, na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Fiança, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Garantidora, ou a seus procuradores, para praticar todos os atos necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações da AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, para a outorga da Fiança, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos relacionados à Fiança.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da Emissora ("Debêntures"), com garantia fidejussória da Garantidora, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura ("Emissão" ou "Oferta Restrita"), será

3

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729329

realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Financiamento de Ações de Saneamento Ambiental

A Emissão será realizada nos termos do artigo 9-B, parágrafo 1º, da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 2927, de 30 de março de 2001, e do artigo 2º, inciso XXII, da Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010 ("Resolução CMN 3932"), para implementação de ações de saneamento ambiental, conforme descritas na Cláusula 3.4 abaixo.

2.2. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") exclusivamente para formar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, §2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" vigente desde 03 de fevereiro de 2014. Entretanto, tal registro está condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código, nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM.

2.3. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação dos Atos Societários

A ata da AGE será arquivada na JUCERJA e será publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal local "Monitor Mercantil", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.grupoaguasdobrasil.com.br>).

2.4. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que 1 (uma) via original dos mesmos, devidamente arquivada na JUCERJA, deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis após o referido arquivamento na JUCERJA.


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme definido abaixo, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Constituição da Fiança

2.5.1. Em função da garantia fidejussória prestada pela Garantidora nos termos da Cláusula 12.1 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ("Lei de Registros Públicos").

2.5.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora em até 10 (dez) dias contados da data de assinatura do respectivo documento.

2.5.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos na Cláusula 2.5.2. acima dentro do prazo, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros. A eventual realização do registro pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura.


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

9

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO



729331

3.1. Número da Emissão

A Emissão objeto da presente Escritura constitui a primeira emissão pública de debêntures da Companhia.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados a investimentos em projetos de ampliação, manutenção e melhorias relacionadas a projetos de saneamento ("Projetos"), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços Públicos datado de 16.9.1996 ("Contrato de Concessão"), bem como de seus respectivos aditivos, caso aplicáveis, celebrado entre a Emissora e o Município de Campos dos Goytacazes ("Poder Concedente"), por meio do qual a Emissora obteve a concessão da gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, incluindo a operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e cobrança direta dos usuários dos serviços, bem como a realização de estudos técnicos, serviços e obras necessárias à gestão dos sistemas e serviços ao longo do período da concessão ("Concessão"), conforme indicado no Anexo I ("Quadro de Usos e Fontes") à presente Escritura, incluindo o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas incorridos nos últimos 12 (doze) meses em decorrência dos Projetos, desde que devidamente comprovados pela Emissora, e o pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas a serem incorridos em decorrência dos Projetos.

3.4.2. A implementação dos Projetos já está em curso, sendo que o encerramento do cronograma financeiro é estimado para 30 de dezembro de 2018, podendo ocorrer em prazo inferior, a critério da Emissora.

3.4.3 A Emissora estima que a Emissão deva representar aproximadamente 39% (trinta e nove por cento) das necessidades de recursos financeiros dos Projetos, as quais totalizam, estimadamente, R\$133.000.000,00 (cento e trinta e três milhões de reais), dispendidos a contar dos últimos 12 (doze) meses, até a data estimada de conclusão do cronograma financeiro dos Projetos, indicado na Cláusula 3.4.2 acima.

✓

1.

6

6

6

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729332

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, nos termos e condições estabelecidos no "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Primeira Emissão da Águas do Paraíba S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil (portanto excluindo-se dias sem expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, feriados nacionais, sábados e domingos) imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



3.5.8. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser objeto de registro perante a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à Emissão e à capacidade de pagamento da Emissora, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante das Debêntures será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e a instituição escrituradora das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário).

3.7. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, a Companhia tem por objeto social a exploração de serviços públicos de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, compreendendo a produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação e manutenção, além da coleta, tratamento e exploração de esgotos, podendo, ainda, participar em outras sociedades, como acionista ou cotista.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com Fiança (conforme definida abaixo) da Garantidora, nos termos da Cláusula 12.1 abaixo.

4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de

8


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



cautelas ou certificados.

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de dez anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 30 de setembro de 2024 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures que ainda estiverem em circulação com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a Data de Vencimento, bem como de eventuais Encargos Moratórios (conforme definidos na Cláusula 4.7, conforme aplicável).

4.1.6. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 4.800 (quatro mil e oitocentas) Debêntures.

4.2. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1 Atualização Monetária. As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização Monetária") a partir da Data de Emissão pela variação percentual acumulada das Taxas Referenciais, apuradas e divulgadas pelo Banco Central do Brasil ("TR" e "BACEN", respectivamente), cuja data de aniversário será todo dia 30 (trinta) de cada mês e, exclusivamente para o mês de Fevereiro, dia 01 de Março ("Data de Aniversário"), incidente sobre o Valor Nominal Unitário, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = - Valor Nominal Unitário atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator resultante do produtório das TR's utilizadas, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left(\frac{TR_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{dut}}$$


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729335

Onde:

n = Número total de TR's consideradas entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização, sendo n um número inteiro;

TR_k = Taxa Referencial da Data de Aniversário divulgadas pelo BACEN entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização;

Dup_k = Número de dias úteis compreendidos entre a data da TR_k utilizada e a data do cálculo, limitado ao número de dias úteis total de vigência da TR_k , sendo dup_k um número inteiro;

Dut_k = Número total de dias úteis para o período de vigência da TR_k utilizada, sendo dut_k um número inteiro.

4.2.2 Fica acordado que o Valor Nominal Unitário será atualizado entre a Data de Emissão e a primeira data de aniversário, qual seja, 30 de outubro de 2014, pela TR divulgada no dia 30 de setembro de 2014, sendo certo que a partir dessa data será utilizada a TR referente à data de aniversário, ou, caso não haja divulgação da TR na data de aniversário, do primeiro dia útil subsequente.

4.2.3 Se a TR for extinta ou deixar de ser o índice aplicável aos depósitos de poupança, os valores devidos nos termos desta Escritura passarão a ser reajustados pelo índice que vier a ser usado para o reajuste da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). No caso de extinção da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), adotar-se-á, como parâmetro de reajuste das parcelas, o investimento que for expressamente indicado por lei ou pelo Governo Federal para tomar o seu lugar, utilizando-se o índice que for aplicado para esse investimento, ou, na falta de investimento que o substitua, o índice que vier a ser fixado por lei ou pelo Governo Federal ou, ainda na falta de índice fixado por lei ou pelo Governo Federal, o índice que venha a substituir a TR no âmbito das operações no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tratadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010. Caso não haja possibilidade de substituição da TR, nas hipóteses elencadas nesta cláusula, a Emissora deverá obrigatoriamente realizar o resgate da totalidade das Debêntures, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, na data em que for constatada tal impossibilidade.

4.2.4 Em havendo a adoção de índice substitutivo à TR, fica desde já certo e ajustado que o Valor Nominal Unitário será atualizado (i) nos termos da Cláusula 4.2.1, pela Atualização Monetária, desde a Data de Emissão até a data de adoção de novo índice substitutivo, exclusive, e (ii) pelo índice substitutivo, a partir da data de

10


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729336

adoção de novo índice substitutivo, inclusive, até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A Emissora e os Debenturistas declaram e reconhecem que a substituição do índice não importará em novação.

4.2.5 Juros Remuneratórios. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 10,50% (dez inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, expressas na forma percentual ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos ("Spread"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração"). O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures acumulada no período, devida em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado de cada Debênture, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, conforme definido acima;

Fator de Juros = Fator de juros fixos (ou spread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, parametrizado conforme definido a seguir:

$$Fator\ de\ juros = \left[\left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{dcp}{360}} \right]$$

onde:

i = 10,5000 (dez e meio); e

dcp = Número de dias corridos entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo.

4.2.6 O Spread será majorado sempre que houver elevação na taxa de juros (cupom de remuneração) incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), que eleve a referida taxa de juros (cupom de remuneração) a patamar acima de 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano,


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729337

nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à elevação da taxa de juros (cupom de remuneração) incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). A majoração do Spread ocorrerá mediante a comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP ("Comunicado de Alteração de Spread"). Havendo a majoração do Spread, fica desde já certo e ajustado que o a remuneração das Debêntures será calculada considerando o novo spread a partir do encerramento do período de capitalização vigente, nos termos da Cláusula 4.2.7 ("Data de Alteração de Spread") até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro. A majoração do Spread aqui prevista não importa em novação.

4.2.7 Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão até a Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, o que ocorrer primeiro.

4.2.8 Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em 17 parcelas consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 30 de setembro de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, qual seja, 30 de setembro de 2024, conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma "Data de Amortização"): e

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª	30 de setembro de 2016	5,8824%
2ª	30 de março de 2017	5,8824%
3ª	30 de setembro de 2017	5,8824%
4ª	30 de março de 2018	5,8824%
5ª	30 de setembro de 2018	5,8824%
6ª	30 de março de 2019	5,8824%
7ª	30 de setembro de 2019	5,8824%
8ª	30 de março de 2020	5,8824%
9ª	30 de setembro de 2020	5,8824%
10ª	30 de março de 2021	5,8824%
11ª	30 de setembro de 2021	5,8824%
12ª	30 de março de 2022	5,8824%
13ª	30 de setembro de 2022	5,8824%
14ª	30 de março de 2023	5,8824%

12


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A

Nire: 33300163344

Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F

Arquivamento: ED33000565-000/5



PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª	30 de setembro de 2016	5,8824%
2ª	30 de março de 2017	5,8824%
3ª	30 de setembro de 2017	5,8824%
4ª	30 de março de 2018	5,8824%
5ª	30 de setembro de 2018	5,8824%
6ª	30 de março de 2019	5,8824%
7ª	30 de setembro de 2019	5,8824%
8ª	30 de março de 2020	5,8824%
9ª	30 de setembro de 2020	5,8824%
15ª	30 de setembro de 2023	5,8824%
16ª	30 de março de 2024	5,8824%
17ª	30 de setembro de 2024	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures
		100%

4.3.1 As parcelas de amortização indicadas acima serão acrescidas da atualização monetária correspondente ao valor da parcela.

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 30 (trinta) e, exclusivamente para o mês de Fevereiro, dia 01 de Março, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de outubro de 2014 e o último pagamento devido na Data de Vencimento, sendo certo que, caso não seja possível efetuar o pagamento da Remuneração no dia 30, o mesmo deverá ser realizado no primeiro dia útil subsequente (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

4.6. Prorrogação dos Prazos

Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro)

13


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729339

Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Cláusula VII desta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura, determinado com 8 (oito) casas decimais ("Preço de Subscrição").

4.10. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização das Debêntures será realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser

14


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729340

obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal local "Monitor Mercantil", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (<http://www.grupoaguasdobrasil.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.16. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na CVM

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCERJA e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora.

15

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

19
mg



729341

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AQUISIÇÃO FACULTATIVA E OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

6.2.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.2.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

6.3. Oferta de Resgate Antecipado

6.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, que será endereçada a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada em conformidade com o disposto nesta Cláusula:

6.3.1.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.12, ou de comunicação individual aos Debenturistas, esta última com cópia para o Agente Fiduciário ("Aviso de Oferta de Resgate Antecipado"). o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta de resgate será da totalidade das Debêntures ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito em tal aviso o procedimento e critérios de sorteio, nos termos do artigo 55 §2º, da Lei das Sociedades Por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 6.3.1.6; (ii) o percentual a ser aplicado do prêmio de resgate, caso exista, que não poderá ser negativo; (iii) forma de manifestação do Debenturista à Emissora que aceitar aderir à Oferta de Resgate Antecipado; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.

16

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729342

30/9

6.3.1.2. Após a publicação ou envio do Aviso de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à Emissora, fora do âmbito da CETIP, no prazo disposto no Aviso de Oferta de Resgate Antecipado, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias. Ao final desse prazo, a Emissora terá 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data. Fica definido que para as Debêntures custodiadas na CETIP, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.3.1.3. A Emissora poderá condicionar o resgate antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Aviso de Oferta de Resgate Antecipado.

6.3.1.4. A Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Escriturador Mandatário e ao Banco Liquidante a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado.

6.3.1.5. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido: (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.2.1.2 desta Escritura; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

6.3.1.6. Caso a Emissora opte pelo resgate antecipado parcial das Debêntures e a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado foi originalmente direcionada, então o resgate será feito mediante sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário. Os Debenturistas sorteados serão informados, por escrito, com no mínimo (cinco) Dias Úteis de antecedência do resgate antecipado, sobre o resultado do sorteio.

6.3.1.7. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.3.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente deverão ser canceladas.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

[Handwritten signature]

CLÁUSULA VII
VENCIMENTO ANTECIPADO



729343

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em Circulação, conforme aplicável), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável), até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"):

- a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, previstas nesta Escritura, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que se tornou devida;
- b) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogadas, anuladas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, inexecutáveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;
- c) ocorrência de: (i) decretação de falência da Emissora ou da Garantidora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou pela Garantidora; (iii) pedido de falência da Emissora ou da Garantidora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) apresentação de pedido, por parte da Emissora ou da Garantidora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (v) ingresso pela Emissora ou pela Garantidora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; (vi) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou da Garantidora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (vii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da Garantidora; ou (viii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora ou da Garantidora, incluindo acordo de credores
- d) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecida nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

[Handwritten checkmark]

[Handwritten mark]

18

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729344

Handwritten signature

- e) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de liquidação da Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- f) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- g) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Garantidora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação;
- h) extinção da Concessão ou, ainda, término do Contrato de Concessão;
- i) os recursos obtidos com a Emissão sejam aplicados e/ou destinados de forma diversa à prevista na presente Escritura;
- j) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações perante ao Poder Concedente, inclusive nos termos do Contrato de Concessão, que gerem um efeito material adverso para a concessão;
- k) descumprimento pela Emissora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura ou nos demais documentos da Oferta Restrita de que a Emissora seja parte, não sanada no prazo de 20 (vinte) dias: (i) da data em que a Emissora tomar ciência do inadimplemento, ou (ii) da comunicação do referido descumprimento pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- l) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora nesta Escritura e/ou no Contrato de Distribuição;
- m) falta de cumprimento, no prazo e na forma devidos, de obrigações pecuniárias principais ou acessórias ou, ainda, vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que estejam sujeitas a Emissora, a Garantidora junto a instituições financeiras no mercado local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior ao equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos;

19

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A

Nire: 33300163344

Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F

Arquivamento: ED33000565-000/5



729345

- 23
- n) protestos legítimos de títulos contra a Emissora ou a Garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior ao equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), por cujo pagamento a Emissora e/ou a Garantidora seja responsável e que não sejam sanados, ou suspensos por decisão judicial, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da data em que a Emissora e/ou a Garantidora tiverem ciência da respectiva ocorrência, ou for demandada em processo de execução e não garantir o juízo ou não liquidar a dívida no prazo estipulado judicialmente ou com o efetivo arresto judicial de bens, ou ainda inadimplirem obrigações em operações financeiras, cujo valor agregado seja igual ou superior ao montante previsto neste item, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora no prazo supra mencionado;
- o) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Garantidora, em valor unitário ou agregado igual ou superior ao equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis corridos da data estipulada para pagamento;
- p) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou da Garantidora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto se a Emissora e/ou a Garantidora comprovarem, em até 10 (dez) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;
- q) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora que afete o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora (incluindo os Projetos), exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- r) cisão, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações), alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou da Garantidora ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora, sem prévia aprovação de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos
- 20

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729346

titulares das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo primeiro do referido artigo;

- s) alienação de ativos relevantes de propriedade da Garantidora (considerados assim aqueles que representem acima de 25% de seu patrimônio líquido, incluindo participações acionárias), sendo certo que, para os fins deste item, não será considerada alienação de ativos a utilização dos mesmos na prestação de quaisquer garantias oferecidas pela Garantidora;
- t) mudança ou alteração no objeto social da Emissora e/ou da Garantidora que modifique as atividades atualmente por elas praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- u) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, da Garantidora, incluindo ações ou cotas de emissão de sociedades controladas pela Emissora, pela Garantidora;
- v) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, que resulte em um Impacto Adverso Relevante para a Emissora;
- w) se, após constatado atraso no cronograma financeiro dos Projetos superior ao percentual de 30% (trinta por cento), do qual decorrerá uma nova vistoria aos Projetos, a ser realizada pelo Consultor, houver indícios materiais de que a Emissora não cumprirá com o prazo estabelecido para utilização dos recursos obtidos por meio da Emissão, conforme indicado no Anexo I;
- x) embargo pela Prefeitura Municipal competente aos Projetos, desde que não seja sanado ou suspenso judicialmente no prazo de 30 dias corridos;
- y) na hipótese de a Emissora e/ou a Garantidora, tentarem ou praticarem qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar, descaracterizar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura, os demais documentos da Oferta Restrita, qualquer das respectivas cláusulas ou de qualquer outro contrato relativo a esta Escritura e/ou aos demais documentos da Oferta Restrita;

21

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729347

38
7

z) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativa à inobservância da Legislação Socioambiental, conforme definida na Cláusula 11.3.1 desta Escritura, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora e/ou a Garantidora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;

aa) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Emissora e/ou pela Garantidora, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;

bb) realização de investimento nos Projetos para os quais a Emissora não possua a respectiva licença ambiental vigente, quando aplicável; e

cc) não observância, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras individuais da Emissora, a serem verificados pelo Agente Fiduciário anualmente com base nas Informações Anuais individuais divulgadas regularmente pela Emissora, sendo que a primeira verificação anual pelo Agente Fiduciário ocorrerá com base nos resultados publicados em 2015 com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros"):

✓

(ff.1) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida Individual da Emissora pelo EBITDA Individual da Emissora que deverá ser igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e cinquenta décimos).

(ff.2) Para fins do presente item, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Líquida Individual" significa, com base na última Demonstração Financeira Individual da Emissora: (a) o somatório do valor de principal, juros e, quando devidos, encargos, inclusive os Encargos Moratórios, de empréstimos, financiamentos e obrigações por aquisições de bens, exceto compromissos com fornecedores, na aquisição a prazo de equipamentos, materiais e serviços, aluguéis de bens móveis e imóveis, entre outros, destinados às atividades operacionais da Companhia, porém incluindo (i) operações financeiras com terceiros que não sejam a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto por obrigações assumidas com os governos federal, estadual ou municipal em decorrência de parcelamentos de tributos vigentes), com coligadas e afiliadas; (ii) títulos de

22

1

✓

✓

✓

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A

Nire: 33300163344

Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F

Arquivamento: ED33000565-000/5



729348

renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional; e (iii) venda de recebíveis presentes (performados), com coobrigação da Companhia, e de recebíveis futuros (não performados), com ou sem coobrigação a Companhia, exceto por antecipação de receitas de publicidade; menos (b) o somatório de caixa e disponibilidades; e

"EBITDA Individual" significa, com base na última Demonstração Financeira Individual da Emissora: o lucro ou o prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

7.1.1. A ocorrência dos Eventos de Inadimplemento descritos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i" e "j" da Cláusula 7.1 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.3 abaixo.

7.1.2. Os valores mencionados nos itens "m", "n", "o" e "p" da Cláusula 7.1 acima serão reajustados ou corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA").

7.1.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, exceção feita aos eventos de vencimento antecipado automáticos indicados na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 10.1 e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3.1 abaixo.

7.1.3.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.3 acima somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.1.3.2 Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto na Cláusula 7.1.3 supra, ou não havendo: (a) sua convocação; (b) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização; ou (c) quórum em segunda convocação, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.4 abaixo.

7.1.4. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

23

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729349

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras individuais, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes devidamente registrados na CVM, bem como: (i) declaração dos diretores da Emissora, na forma do seu Estatuto Social, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura, bem como (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (ii) e, no prazo acima mencionado, bem como no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de divulgação das demonstrações financeiras trimestrais da Emissora, contendo os Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes, explicitando todas as rubricas necessárias à sua apuração, acompanhadas de demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizados pela Emissora;
 - (a.2) os Avisos aos Debenturistas e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas, isto é, que sejam, direta ou indiretamente, relacionadas à Emissão, em até 5 (cinco) dias da data em que forem divulgados ao mercado;
 - (a.3) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
 - (a.4) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplimento ou a esta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil após o seu recebimento;


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729350

- (a.5) informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na alínea "i" abaixo;
- (a.6) todos os dados financeiros, o organograma e os atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea "i" da Cláusula 9.5.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (a.7) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (a.8) comunicação, em até 1 (um) Dia Útil, acerca da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer os poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e/ou nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado; e
- (a.9) informações sobre qualquer fato que seja do conhecimento da Emissora e que possa vir a afetar o seu desempenho financeiro e operacional, imediatamente após a ocorrência de tal fato.
- (b) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil e permitir que representantes do Agente Fiduciário tenham acesso irrestrito, em base razoável: (a) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente as suas demonstrações financeiras; e (b) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula 10.1 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) comparecer, por meio de seus representantes, conforme aplicável, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada, nos termos desta

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729351

Escritura;

- (f) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;
- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar, às suas expensas, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (i) não alterar seus principais ramos de negócio conforme previsto em seu Estatuto Social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (j) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou suas controladas, diretas ou indiretas, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- (k) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima e, na hipótese do Agente Fiduciário ser exigido por autoridade competente a comprovar a destinação dos recursos obtidos por meio da Emissão para os fins previstos nessa Escritura, a Emissora enviará ao Agente Fiduciário os documentos e informações necessários para a comprovação da utilização da totalidade dos recursos obtidos na forma aqui prevista em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário, ou em prazo inferior, caso assim requerido por autoridades governamentais ou órgãos regulatórios, de modo a possibilitar o cumprimento tempestivo pelo Agente Fiduciário de quaisquer solicitações efetuadas por autoridades ou órgãos reguladores, regulamentos, leis ou determinações judiciais, administrativas ou arbitrais;
- (l) manter, pelo prazo de 6 (seis) anos contados da respectiva aquisição ou pagamento, os originais das notas fiscais e respectivos comprovantes de pagamentos ou outros documentos pertinentes, relativos à aplicação dos recursos nos Projetos, arquivados, separados, ordenados e disponíveis para verificação pelo Consultor;

29

✓

1.

26

2014

2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729352

- (m) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso Relevante");
- (n) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (o) tomar todas as medidas necessárias para:
- (p.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais, observado o disposto no item "t" da Cláusula 7.1 acima no que se refere à alienação de "ativos relevantes" pela Emissora;
 - (p.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;
 - (p.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial;
 - (p.4) manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação; e
 - (p.5) manter os Projetos adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação.
- (p) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (i) o Agente Fiduciário; (ii) o Banco Liquidante; (iii) o Escriturador Mandatário; e (iv) sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário;
- (q) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures na CETIP, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento da CETIP, por meio da CETIP, mantendo as Debêntures

27


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344

Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F

Arquivamento: ED33000565-000/5



registradas para negociação na CETIP até a liquidação integral de todas as obrigações da Emissora previstas nesta Escritura;

- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (s) informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;
- (t) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (u) comunicar, em até 1 (um) Dia Útil, à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (v) cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:
- (w.1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (w.2) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (w.3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (w.4) manter os documentos mencionados no item "w.3" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (w.5) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (w.6) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador

28


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

32



729354

Líder; e

- (w.7) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (w) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (x) cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (y) não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos Debenturistas;
- (z) cumprir rigorosamente as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na medida em que (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas, (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais com os quais venha a se relacionar, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura, (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, em seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as referidas normas, comunique imediatamente o Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
- (aa) cumprir com todas obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Concessão e tomar todas as medidas necessárias para evitar a extinção da Concessão;
- (bb) não tomar quaisquer outras fontes ou modalidades de financiamentos que, somados às Debêntures, excedam o valor total do orçamento elaborado para o desenvolvimento dos Projetos, ou ainda, que impliquem em repetição do financiamento obtido por meio das Debêntures e alocado para uma parcela específica dos Projetos;
- (cc) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, empresa de engenharia especializada ("Consultor"), de acordo com relação prévia de empresas indicadas no Anexo III, para verificação da efetiva realização e evolução dos Projetos, devendo tal verificação ser realizada semestralmente e de acordo com escopo definido

✓

↑

29

✓

✓

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729355

pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas e envolver os investimentos já incorridos e a incorrer nos Projetos;

- (dd) apenas substituir o Consultor, se for o caso, por consultores indicados no Anexo III, ou mediante solicitação de aprovação apresentada aos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, com 10 (dez) dias de antecedência, para substituição do Consultor por outro consultor que não tenha sido previamente aprovado;
- (ee) manter arquivado e apresentar, mediante solicitação do Consultor, todas as informações e documentos relativos aos Projetos, incluindo, sem limitação, (i) documento descritivo dos Projetos aprovados junto aos órgãos públicos competentes, se aplicável ("Descritivo") (ii) cronograma físico-financeiro para execução dos Projetos ("Cronograma") (iii) orçamento dos Projetos, conforme Anexo I à presente Escritura ("Quadro de Usos e Fontes") ("Orçamento"; (iv) cópia do Contrato de Concessão; (v) cópias das licenças ambientais vigentes e outros documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, etc.) que comprovem a regularidade trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive quanto à ausência de trabalho escravo e infantil, e ambiental da Emissora e dos Projetos ("Documentos Ambientais"; (vi) Licença/Dispensa Ambiental necessárias para a condução dos negócios da Emissora ("Licença/Dispensa Ambiental" e, em conjunto com o Descritivo, o Cronograma, o Orçamento, o Contrato de Concessão e os Documentos Ambientais, "Documentos dos Projetos"), para a confecção de relatório semestral a ser apresentado ao Agente Fiduciário, atestando (ee.1) o utilização dos recursos das Debêntures nos Projetos, e (ee.2) a regularidade ambiental dos investimentos relacionados aos Projetos, sendo certo que deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias após a Emissão (a) o primeiro relatório de regularidade ambiental (relatório este a ser confeccionado conforme o modelo do Anexo II), e (b) o relatório de comprovação dos valores relacionados ao reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas incorridos nos últimos 12 (doze) meses em decorrência dos Projetos. Os relatórios deverão ser apresentados semestralmente, a partir da data de entrega do primeiro relatório acima mencionado;
- (ff) autorizar, desde que pré-agendado pelo Consultor, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a vistoria dos Projetos pelo Consultor, a fim de (i) verificar se existe coordenação entre as atividades dos responsáveis pela execução das diversas partes dos Projetos, de modo a assegurar o seu término, no prazo e nas condições indicadas nos Documentos dos Projetos; (ii) acompanhar o desenvolvimento dos Projetos, em suas diversas etapas e até sua conclusão; (iii) efetuar as medições de obras executadas, caso seja necessário; e (iv) apresentar relatório ao Agente Fiduciário, com o resultado de sua vistoria e as sugestões apresentadas à Emissora que lhe parecerem necessárias para prevenir ou corrigir deficiências ou irregularidades que observar nos Projetos

33
my

✓

f.

30

✓

✓

✓

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729356

- (gg) caso o início dos Projetos seja prorrogado e/ou esteja atrasado, em relação ao Cronograma financeiro, a comunicar o Agente Fiduciário e o Consultor, apresentando novo cronograma financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data em que verificou o descasamento destas datas;
- (hh) caso seja constatado, por qualquer das verificações mencionadas no item "ff" acima, que os Projetos não estão obedecendo às especificações apresentadas pela Emissora ao Consultor, enquadrar os Projetos às especificações apresentadas por sua conta exclusiva, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Concessão, não podendo para isso utilizar-se dos recursos decorrentes das Debêntures;
- (ii) manter constantemente atualizado e por escrito, junto ao Agente Fiduciário, seu endereço;
- (jj) a entregar ao Agente Fiduciário, mediante solicitação do Agente Fiduciário neste sentido e em data razoavelmente requerida pelo Agente Fiduciário, os documentos solicitados pelo Agente Fiduciário para atualização daqueles já entregues, ou que venham a ser exigidos pelas normas vigentes ou em razão de determinação ou orientação de autoridades competentes; e
- (kk) dar ciência desta Escritura e de seus termos e condições aos seus administradores e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições.

8.1.1. Para fins do disposto na Cláusula 8.1, item "ee", as Partes desde já concordam que o Agente Fiduciário limitar-se-á, tão somente, a verificar o preenchimento dos requisitos formais constantes do modelo do relatório previamente aprovado, nos termos do Anexo II da presente Escritura. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações constantes do relatório, ou ainda em qualquer outro documento que lhes seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do referido relatório.

8.1.2. O recebimento das informações de que tratam os itens "ee", "ff" e "gg" da Cláusula 8.1 acima não importarão em qualquer obrigação ou responsabilidade adicional ao Agente Fiduciário, em qualquer momento, por qualquer ato, fato ou prejuízo.

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto as Obrigações Garantidas (conforme definidas abaixo) não forem integralmente quitadas, a Garantidora está adicionalmente obrigada a, conforme aplicável:

- (a) efetuar o pagamento da Fiança, nos termos e prazo previstos nesta Escritura;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, comunicação, em até 1 (um) Dia Útil da data de ciência, acerca da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729357

- (c) enviar ao Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Garantidora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura;
- (d) prestar informações e/ou disponibilizar documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias da data de recebimento da respectiva solicitação;
- (e) manter válidas e regulares as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (f) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (g) comparecer, por meio de seus representantes, conforme aplicável, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada, nos termos desta Escritura;
- (h) não vender, alienar ou onerar ativos relevantes (considerados assim aqueles que representem acima de 25% de seu patrimônio líquido, incluindo participações acionárias) que possam acarretar a sua redução da capacidade econômico-financeira e, em consequência, da sua capacidade de pagamento, salvo mediante prévia e formal anuência dos Debenturistas;
- (i) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto no que se referir a leis, regras, regulamentos e ordens cujo descumprimento não resulte em Impacto Adverso Relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as Obrigações Garantidas;
- (j) obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Garantidora, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Garantidora, das Obrigações Garantidas, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade das Obrigações Garantidas; e
- (k) tomar todas as medidas necessárias para:
- (k.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas

38

✓

1.

32

✓

38

38

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



comerciais usuais;

- (k.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;
- (k.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial; e
- (k.4) manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação.

8.3. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento. O Agente Fiduciário baseou-se nas informações prestadas pela Emissora, não tendo conduzido qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações apresentadas nesta Escritura;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;

33

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729359

- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado para exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Garantidora ("1ª Emissão da Garantidora"), com vencimento em 10 de maio de 2017, em que foram emitidas 60 (sessenta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, tendo sido, contudo, verificado evento de amortização, conforme previsto na escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Garantidora não possuem garantias, conforme previsto na escritura de emissão.

9.3. Remuneração do Agente Fiduciário

9.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação

34


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729360

aplicável em vigor e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada uma, sendo a primeira devida em até 5 (cinco) Dias Úteis após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas nas mesmas datas dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

9.3.1.1. O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

9.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.3.4. Os valores referentes à remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), medido pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV"), ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente e calculada *pro rata die* se necessário.

9.3.5. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; (ii) a função fiduciária que lhe é inerente; ou (iii) caso não tenham sido previamente informadas à Emissora.

9.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento)

35

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

29



729361

sobre o valor devido e não pago, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata die*.

9.3.7. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (e) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.

9.3.8. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas, ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede da Emissora.

9.4. Substituição

9.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

9.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

48



729362

Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCERJA.

9.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável.

9.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário, as normas e preceitos da CVM.

9.5. Deveres

9.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura, bem como os respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

✓

1.

37

✓

✓

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de justificativa acerca da necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal local "Monitor Mercantil", respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;



- (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (l.8) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tal a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (l.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (l.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "l" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (m.1) na sede da Emissora;
- (m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- (m.3) na CVM;
- (m.4) na CETIP; e
- (m.5) na sede do Coordenador;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário para os fins exclusivos da obrigação constante desta alínea "o";
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura,

39


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas por edital ou, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (s) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura; e
- (t) disponibilizar o Valor Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

9.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir nos termos desta Escritura ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

9.6. Atribuições Específicas

9.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;

- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento de mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 9.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.6.1 acima.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas

41


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729367

reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.3.1. Caso o inadimplemento da remuneração do Agente Fiduciário não seja sanado pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos contados da data de vencimento das respectivas parcelas de remuneração, a referida remuneração será cobrada diretamente dos Debenturistas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio, pelo Agente Fiduciário, de notificação neste sentido, sendo certo que os valores devidos serão rateados entre os Debenturistas, observada a proporção entre a quantidade de Debêntures detida por cada Debenturista e o total de Debêntures em Circulação.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.



CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora usualmente efetua suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum, administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente

43


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

lt
my



729369

relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pela comunhão dos Debenturistas, aos representantes do Agente Fiduciário, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá 1 (um) voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 10.4.1, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações da Remuneração, resgate antecipado, repactuação, e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia Geral de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

10.5.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

44


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729370

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (e) cumprirá com todas obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Concessão e tomará todas as medidas necessárias para evitar a extinção da Concessão;
- (f) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu Estatuto Social; (ii) qualquer norma legal que a vincule ou afete; ou (iii) nem estão ou estarão em conflito com qualquer disposição de qualquer outro contrato do qual a Emissora seja parte;
- (g) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento da Escritura na JUCERJA, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e pelo registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP21;
- (h) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já

45

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729371

- 49
- existentes na presente data; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
 - (j) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;
 - (k) tem todas as autorizações e licenças relevantes (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
 - (l) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, pelos meios idôneos, para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
 - (m) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
 - (n) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações
- 46

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729372

- relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (o) tem conhecimento de que não poderá realizar outra oferta pública com esforços restritos da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da distribuição;
 - (p) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
 - (q) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
 - (r) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
 - (s) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 desta Escritura;
 - (t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé;
 - (u) não tomou, até a data desta Escritura, quaisquer outras fontes ou modalidades de financiamentos que, somados às Debêntures, excedam o valor total do orçamento elaborado para o desenvolvimento dos Projetos, ou ainda, que impliquem em repetição do financiamento obtido por meio das Debêntures e alocado para uma parcela específica dos Projetos;
 - (v) não há sobre os Projetos quaisquer restrições de caráter urbanístico, sanitário, viário e de segurança que impeçam a sua ocupação, sendo certo que qualquer restrição que venha a surgir será prontamente sanada pela Emissora, de forma que não serão afetados os Projetos;
 - (x) a Devedora é a única e legítima titular dos Projetos, os quais se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições;
 - (w) não há qualquer inadequação dos Projetos às normas de uso e ocupação do solo e de qualquer ressalva em relação à legislação pertinente, inclusive ambiental;
 - (y) não há reclamações ambientais, incluindo, mas não se limitando a

50
7

e

1,

47
e

8

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729373

- notificações, procedimentos administrativos, regulatórios ou judiciais que tenham por objeto os Projetos, exceto com relação aos casos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, pelos meios idôneos, sendo certo que qualquer reclamação ambiental que venha a surgir será prontamente sanada pela Emissora, de forma que os Projetos em questão não serão afetados;
- (z) não há contra os Projetos questões ambientais e sociais incluindo, mas não se limitando a despejos de resíduos no ar, despejos de resíduos na água; depósito, despejo, conservação, armazenamento, tratamento, produção, transporte, manuseio, processamento, carregamento, fabricação, arrecadação, triagem ou presença de qualquer substância perigosa ou com potencial para contaminação ou que afetem a saúde e a segurança no trabalho, ou causem doença do trabalho, lesão do trabalho decorrente de fatores ambientais, problemas de saúde ambientais; conservação, preservação ou proteção do ambiente natural ou dos organismos vivos; ou quaisquer outras questões de qualquer natureza relacionadas às questões humanas, de saúde, ambientais, sociais ou de saúde e segurança, exceto com relação aos casos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, pelos meios idôneos sendo certo que qualquer das questões mencionadas nesta alínea que venha a surgir será prontamente sanada pela Emissora, de forma que os Projetos em questão não serão afetados;
- (aa) na hipótese de existirem eventuais reclamações ambientais ou questões ambientais relacionadas aos Projetos, a Emissora responsabilizar-se-á integralmente pelos custos de investigação, custos de limpeza, honorários de consultores, custos de resposta, ressarcimento dos danos aos recursos naturais, lesões pessoais, multas ou penalidades ou quaisquer outros danos decorrentes de qualquer outra questão ambiental;
- (bb) os Projetos estão em conformidade com a legislação vigente relativas a materiais perigosos, assim entendidos os materiais explosivos ou radioativos, dejetos perigosos, substâncias tóxicas e perigosas, materiais afins, asbestos, amianto, materiais contendo asbestos ou qualquer outra substância ou material considerado perigoso pelas leis brasileiras, com exceção de baterias automotivas ou industriais, usadas, derivadas de petróleo (combustíveis), pesticidas, herbicidas e outros biocidas, tintas, vernizes, solventes ou detecção de substâncias tóxicas armazenadas nos Projetos em local apropriado e impermeabilizado, tanto na edificação quanto no entorno, sendo certo que, mediante o surgimento de qualquer dessas condições, a Emissora agirá prontamente para que seja imediatamente sanada, de forma que os Projetos não serão afetados;
- (cc) não há qualquer pendência ou exigência de adequação suscitada por autoridade governamental referente aos Projetos que cause efeitos materiais adversos a Emissora não têm conhecimento de que uma exigência com tal natureza esteja na iminência de ser feita, sendo certo que qualquer pendência ou exigência que venha a surgir será prontamente sanada pela Emissora, de

48


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729374

forma que os Projetos não serão afetados;

- (dd) até a presente data, não teve, contra si, qualquer decisão judicial ou arbitral ou qualquer medida extrajudicial ou procedimento administrativo que pudesse trazer implicações à Escritura ou às Debêntures em que fosse pleiteada (i) a revisão das condições de pagamento estabelecidas na Escritura, (ii) o término antecipado, a rescisão, anulação ou nulidade da Escritura ou dos demais documentos da Oferta Restrita de que a Emissora seja parte, ou (iii) qualquer outro pedido, confirmado pelos tribunais ou órgãos reguladores competentes, que possa inviabilizar o pleno exercício, pelos Debenturistas, dos direitos e prerrogativas relativos às Debêntures;
- (ee) as declarações prestadas nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta Restrita de que a Emissora seja parte, são verdadeiras, válidas e não contêm qualquer falsidade ou inexatidão, tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato relevante, cujo conhecimento seja necessário para fazer com que as declarações prestadas não sejam enganosas ou incompletas;
- (ff) não há qualquer evento ou fato que, já na data de assinatura dessa Escritura, acarrete o vencimento antecipado das Debêntures; e
- (gg) cumpre rigorosamente as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na medida em que (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas, (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais com os quais venha a se relacionar, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura, (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, em seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as referidas normas, comunicará imediatamente o Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a prestar a Fiança e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Garantidora, exequíveis de acordo com seus termos e

49

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



- condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (d) a celebração da presente Escritura e prestação da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu Estatuto Social; (ii) qualquer norma legal que a vincule ou afete; ou (iii) nem estão ou estarão em conflito com qualquer disposição de qualquer outro contrato do qual a Emissora seja parte;
- (e) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para a celebração desta Escritura e para prestação da Fiança;
- (g) a celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé, pelos meios idôneos, pela Garantidora para as quais a Garantidora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (i) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (j) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a

50


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729376

- Garantidora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Garantidora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (k) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar, conforme entendimento razoável da Emissora, em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
 - (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
 - (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
 - (n) cumpre e cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, as Obrigações Garantidas;
 - (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador, em observância ao princípio da boa-fé;
 - (p) até a presente data, não teve, contra si, qualquer decisão judicial ou arbitral ou qualquer medida extrajudicial ou procedimento administrativo que pudesse trazer implicações à Escritura ou às Debêntures, em que fosse pleiteada (i) a revisão das condições de pagamento estabelecidas na Escritura, (ii) o término antecipado, a rescisão, anulação ou nulidade da Escritura ou dos demais documentos da Oferta Restrita de que a Emissora seja parte, ou (iii) qualquer outro pedido confirmado pelos tribunais competentes que possa inviabilizar o pleno exercício, pelos Debenturistas, dos direitos e prerrogativas relativos às Debêntures;
 - (q) as declarações prestadas nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta Restrita de que a Garantidora seja parte, são verdadeiras, válidas e não contêm qualquer falsidade ou inexatidão, tampouco omitem a existência de qualquer ato ou fato relevante, cujo conhecimento seja necessário para fazer com que as declarações prestadas não sejam enganosas ou incompletas;
 - (r) não há qualquer evento ou fato que, já na data de assinatura dessa Escritura, acarrete o vencimento antecipado das Debêntures; e
 - (s) cumpre rigorosamente as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, na medida em que (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas,

51


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344

Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F

Arquivamento: ED33000565-000/5



729377

(ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais com os quais venha a se relacionar, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura, (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, em seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não, e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as referidas normas, comunicará imediatamente o Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

11.3.1. A Emissora e a Garantidora declaram que respeitam nesta data e que respeitarão por toda a vigência desta Escritura, a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, bem como declaram que suas atividades não incentivam a prostituição, tampouco utilizam ou incentivam mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente ("Legislação Socioambiental") e que a utilização dos recursos obtidos com a Emissão não implicará na violação da Legislação Socioambiental.

11.3.2. A Emissora e a Garantidora obrigam-se a cumprir com as obrigações oriundas da Legislação Socioambiental no que se refere aos Projetos, bem como obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças, autorizações, permissões, certificados, registros, etc.) nela previstos, e manter as licenças, autorizações, outorgas ambientais e demais certificados e registros necessários ao regular desempenho das atividades desenvolvidas nos Projetos em plena vigência e eficácia.

11.3.3. A Emissora e a Garantidora entregarão ao Agente Fiduciário, caso solicitados, todos os documentos mencionados nesta Cláusula (incluindo, mas não se limitando, aos documentos necessários para atestar o cumprimento da Legislação Socioambiental) e/ou quaisquer outras informações relativas a aspectos socioambientais relacionados aos Projetos.

11.3.4. A Emissora e a Garantidora informarão o Agente Fiduciário, por escrito, imediatamente, a ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses relacionadas a esta Escritura (i) descumprimento da Legislação Socioambiental; (ii) ocorrência de dano ambiental no âmbito dos Projetos; e/ou (iii) instauração e/ou existência de processo administrativo ou judicial relacionado a aspectos socioambientais envolvendo os Projetos.

11.3.5. A Emissora e a Garantidora, independentemente de culpa ou dolo, (i) ressarcirão o Agente Fiduciário, de qualquer quantia que este incorra, ou seja compelido a pagar, inclusive para defesa de seus interesses, assim como (ii) indenizarão o Agente Fiduciário por qualquer perda ou dano, inclusive a sua imagem, que o Agente Fiduciário venha a experimentar em decorrência de dano ambiental relacionado às atividades desenvolvidas nos Projetos.


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729378

11.3.6. A Emissora e a Garantidora declaram, para todos os fins e efeitos jurídicos, que não exercem, na presente data, nenhuma atividade relacionada a pesquisa ou projeto com o fim (i) de obter Organismos Geneticamente Modificados – OGM (“OGM”) e seus derivados ou (ii) de avaliar a biossegurança desses organismos, o que engloba, no âmbito experimental, a construção, cultivo, produção, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, pesquisa, comercialização, consumo, liberação no meio ambiente e ao descarte de OGM e/ou seus derivados.

11.3.6.1. A Emissora e a Garantidora se obrigam, na hipótese de iniciar qualquer das atividades previstas no parágrafo anterior desta Cláusula durante a vigência da presente Escritura, a informar o Agente Fiduciário.

11.4. A Emissora e a Garantidora comprometem-se a notificar em até 1 (um) Dia Útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Fiança

12.1.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, a Garantidora presta fiança, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora, principal pagadora, coobrigada e devedora solidária com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir (“Fiança”).

12.1.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora por toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e eventuais Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura; e (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, honorários advocatícios, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral bem como no âmbito da Emissão (“Obrigações Garantidas”).

12.1.3. O valor relativo às Obrigações Garantidas será pago pela Garantidora no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de

53

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729379

pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura, fora do ambiente da CETIP.

12.1.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

12.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

12.1.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 12.1.1, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Garantidora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após a quitação integral das Obrigações Garantidas.

12.1.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

12.1.7. Todo e qualquer pagamento realizado pela Garantidora em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam da Garantidora os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros.

12.1.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral quitação das Obrigações Garantidas, devendo os Debenturistas, por conta própria ou por intermédio do Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Garantidora.

12.2. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729380

Para a Emissora:

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.

Avenida Dr. José Alves de Azevedo, nº 233

28.030-002 – Campos dos Goytacazes – RJ

At.: Sr. Almir Fernandes(financeiro) / Michelle Rocha (financeiro)

Tel.: (21) 2729-9239 / (21) 2729 9700

Fax: (21) 2729-9200

E-mail: almir.fernandes@getesb.com.br / Michelle.rocha@getesb.com.br

Para a Garantidora:

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

Rua Francisco Sá, nº 23, sala 807, Copacabana

22080-010 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Almir Fernandes(financeiro) / Michelle Rocha (financeiro)

Tel.: (21) 2729-9239 / (21) 2729 9700

Fax: (21) 2729-9200

E-mail: almir.fernandes@getesb.com.br / Michelle.rocha@getesb.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304

22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar

04309-010 – São Paulo – SP

At.: Sr. Simey Raeder Brandão

Tel.: (11) 5029-1664

E-mail: simey.brandao@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Simey Raeder Brandão

Tel.: (11) 5029-1664

E-mail: simey.brandao@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A

Nire: 33300163344

Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F

Arquivamento: ED33000565-000/5



729381

Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

ou

Avenida República do Chile, 230, 11º andar
CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até cinco Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das

56


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729382

deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.4. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.6. Cômputo dos Prazos

Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prevista no artigo 132 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.8. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos: (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e seus eventuais aditamentos, a Fiança e os atos societários da Emissora; e (iii) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.9. Correção de Valores


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

61
24



729383

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência em Reais dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração.

12.10. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. Foro

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2014.

[REMANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

✓

✓

✓

58

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5

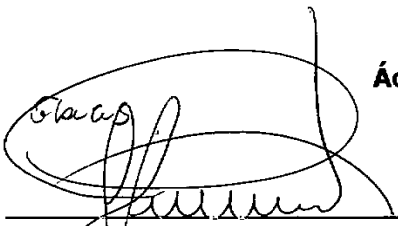
62
7

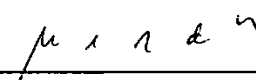


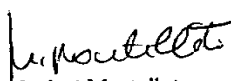
729384

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Paraíba S.A., datado de 18 de setembro de 2014)

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.


Nome: Carlos Henrique Dimenta
Cargo: Diretor Jurídico


Nome: Marcelo A. R. Mota
Cargo: Diretor


Maria Izabel Martelleto



63
y



729385

(Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Paraíba S.A., datado de 18 de setembro de 2014)

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CHGL

Nome: Carlos Henrique da Cruz Lima
Cargo: Diretor

Nome: Marcelo A. R. Mota
Cargo: Diretor

60

60

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729386

(Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Paraíba S.A., datado de 18 de setembro de 2014)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marcelle Santoro

Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

Testemunhas:

[Assinatura]
Nome: [Assinatura]
CPF: 145.14887-17

[Assinatura]
Nome: [Assinatura]
CPF: 056.428.067-42

ANEXO I – QUADRO DE USO E FONTES



729387

	2013 (out a dez)	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Total Investimentos	6.374	23.200	24.150	25.358	26.625	27.957	133.664
Estudos e Projetos	87	1.140	735	772	810	851	4.395
Obra Civil	5.983	21.230	22.260	23.594	24.889	25.890	123.846
Máquinas e Equipamentos	304	830	1.155	992	926	1.216	5.423
Fontes	6.374	23.200	24.150	25.358	26.625	27.957	133.664
BNDES e outras fontes	688	17.000	14.700	15.435	16.207	17.017	81.047
Recursos da CCB / Debêntures	5.686	6.200	8.450	8.923	9.419	9.323	48.000
Recursos próprios	-	-	1.000	1.000	1.000	1.617	4.617

65
my

60

62

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



66

[illegible]

- 1) A primeira averiguação deverá abranger o período correspondente aos 12 meses anteriores à celebração da escritura da CCB
- 2) As averiguações seguintes deverão abranger o período de 6 meses após a data final do período anterior de averiguação
- 3) Para os investimentos que necessitem de licença ambiental, citar na coluna "Licença correspondente" qual é esta licença e anexar uma cópia da mesma ao relatório
- 4) Para investimento que não necessitam de licença ambiental, citar na coluna "Legislação ou dispensa" se há uma dispensa ou quais leis (estadual, federal e municipal) dispensam o licenciamento ambiental e anexar cópia das mesmas ao relatório.

30

63


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729389

ANEXO III – RELAÇÃO DE CONSULTORES APROVADOS

Rio de Janeiro/RJ	
Praxis Avaliação Patrimonial (Embrap e Praxis) Rua Conde de Bonfim, 106 Sl 205 - Tijuca - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20520-053 Telefone: (0xx21) 2254-9962 e 2568-1520 E-mail: embrap@embrap Praxis.com.br Contato: Fábio Giovanni ou Daniel Pecorelli CNPJ: 02.393.061/0001-91	RJ Martins Arquitetura Ltda Rua da Alfândega, 115 - sala 706/707 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20070-001 Telefone: (0XX21) 2509-8067 E-mail: mjbm62@hotmail.com Contato: Marcio Martins CNPJ: 01925230/0001-24
Teresópolis /RJ	
SFA Perícias, Avaliações, Consultorias e Gerenciamentos Técnicos Ltda Avenida Lúcio Meira, nº 36 Sala 104 - Várzea - Teresópolis - RJ Telefone: (0xx21) 2642-0170 e 2642-3025 Celular: (0xx21) 7725-4220 E-mail: direct@sfapericias.com.br Contato: Plínio Tourinho ou Rita Tourinho CNPJ: 07.437.995/0001-00	
São Paulo/SP	
Adefi Consultoria de Imóveis Ltda Rua José César de Oliveira, 181 3º andar - Sala 305 - São Paulo - SP CEP: 05317-000 Telefone: (0XX11) 3168-2595 / Fax: (0XX11) 3071-2944 / Celular: (0XX11) 9971-3217 E-mail: Adeficonsultoria@terra.com.br e Ademiradelungue@hotmail.com Contato: Ademir Domingos CNPJ: 05.681.708/0001-79	Agroprecisão Avenida 15 de Outubro, 1118 - Jd Aeroporto - Ilha Solteira - SP - CEP: 15385-000 Telefone: (0XX18) 3743-3459 / Fax: (0XX18) 3742-5115 / Celular: (0XX18) 9132-0864 E-mail: Elton@agroprecisao.com.br Contato: Elton CNPJ: 07.472.272/0001-42
Ambienta Avenida Doutor Guilherme Dumont Villares, 1.715 - CJ2D CEP: 0564-003 Telefone: (0XX11) 3501-1344 E-mail: robertoambienta.com.br Contato: Roberto CNPJ: 05.767.623/0001-08	Cushman & Wakefield Rua Alameda Araguaia - Alphaville Industrial - Barueri - SP CEP: 06455-000 Telefone: (0XX11) 5501-5464 E-mail: rogerio.cerreti@sa.cushwake.com Contato: Rogério CNPJ: 03.906.579/0001-44
CB Richard Ellis S.C. Ltda. Rua Alexandre Dumas 1711 - 7º andar - Chácara Sto. Antonio - São Paulo - SP CEP: 04717-004	Colliers International Rua das Olimpíadas, 205 - 1º andar - São Paulo - SP CEP: 04551-000

64

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729390

Telefone: (0XX11) 5185-4684 Fax: (0XX11) 5181-6947 E-mail: william.gil@cbre.com.br Contato: William CNPJ: 51.718.575/0001-85	Telefone: (0XX11) 3323-0000 E-mail: andre.strumpf@colliers.com Contato: André CNPJ: 02.636.857/0001-28
DLR Engenheiros Associados Ltda Alameda Santos, 1470 - Cerqueira César - São Paulo-SP CEP: 01418-100 Telefone/fax: (0XX11) 3145-1616 E-mail: dir@dir.com.br e Luizrocha@dir.com.br Contato: Dácio CNPJ: 00.100.002/0001-52	ELO Engenharia C e Cons Ltda Rua Dr. Washington Luís, 456 - Centro - Guarulhos - SP CEP: 07013-020 Telefone: (0XX11) 2468-8640 E-mail: flavio@eloengenharia.com.br; eloengenharia@eloengenharia.com.br Contato: Flávio / Fernanda CNPJ: 71.584.338/0001-86
Engenav- IM Avaliação e Perícia de Imóveis Ltda Rua Tuiuti, 2403 - Sala 13 - 2º Andar - São Paulo - SP CEP: 03307-000 Telefone: (0XX11) 2293-5273 Celular (0XX11) 9987-8199 E-mail: oliveira.jorgeluz@terra.com.br Contato: Jorge Luiz ou Roseli Bicudo CNPJ: 03.175.683/0001-06	Engscan Engenharia e Comércio Rua Miguel Mentem, 204 - 1º Andar - Vila Guilherme - São Paulo - SP CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 3571-5387 Celular: (0XX11) 9933-6768 E-mail: jsccandura@engscan.com.br e engscan@engscan.com.br Contato: João Carlos Scandura CNPJ: 005.691.144/0001-55
Galache Engenharia Ltda Avenida Padre Anchieta, 642 - Bairro Jardim - Santo André - SP - CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 4990-1515 Celular: (0XX11) 8188-0751 E-mail: tales@galache.com.br ; marcelo@galache.com.br Contato: Tales / Marcelo CNPJ: 02.358.652/0001-28	GHR Engenheiros Associados Ltda. PRAÇA DA SÉ, 21 - Conj. 808 - Centro - São Paulo-SP - 01001-001 CEP: 01001-001 Telefone/fax (0XX11) 3101-4526 Celular: (0XX11) 9848-5650 e (0XX11) 9512-9524 Contato: Luiz Henrique Maria Geny E-mail: ghrengeiros@terra.com.br CNPJ: 00.810.715/0001-00
Global City Engenharia Ltda Avenida Antônio Diederichsen nº 400 - Mezanino Salas 16,17 e 18 - Edifício Metropolitan - Jardim América - Ribeirão Preto CEP: 14020-250 Telefone/fax: (0XX16) 3602-7888 Contato: Kledson / Bruno E-mail: avaliacoas@globalcity.com.br ; kledson@globalcity.com.br CNPJ: 10.679.890/0001-63	Engecate Engenharia Ltda Rua Chile, 1711 - Sala 500- Jardim Santa Ângela - Ribeirão Preto - SP CEP: 14020-610 Telefone/fax: (0XX16) 3441-1899 Celular: (0XX16) 9978-4461 E-mail: gustavo@engecate.com.br Contato: Gustavo CNPJ: 10.679.890/0001-63
Hilco Appraisal Brasil S4 Rua Joaquim Floriano, 733 - Conj. 2-A - 2º Andar - Itaim Bibi CEP: 04534-012 Telefone/fax: (0XX11) 2666-3980 E-mail: marcos.contato@hilcoappraisal.com.br e alopez@hilcoappraisal.com.br Contato: Antonio	Holler Avaliações e Perícias S/S Ltda Rua Votupoca, 157 - Vila Ipojuca - São Paulo-SP CEP: 05055-000 Telefone/fax: (0XX11) 3647-9950 Contato: Denise E-mail: Denise.holler@terra.com.br CNPJ: 30.320.092/0001-80

65

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729391

CNPJ: 13.311.565/0001-31	
Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda. Rua Araguari, nº 817, Conj. 76- Moema - São Paulo - SP CEP: 04514-041 Telefone/fax: (0XX11) 5090-6020 e 5090-6023 Celular: (0XX11) 99678-5060 E-mail: Carla@mercattoltda.com.br Contato: Carla Petroni / Marcos Augusto Silva e Rosana Murakami CNPJ: 65.030.348/0001-77	NR Guimarães Arquitetura S/C Ltda Rua Piracuama, 262 – 63 – Perdizes – São Paulo - SP CEP: 04363-050 Telefone/fax: (0XX11) 3676-1212 e (0XX11) 3105-6905 Celular: (0XX11) (11) 8353-7330 E-mail: nrguimaraesarqlda@hotmail.com ; nrquimaraesarqlda@gmail.com Contato: Rosely CNPJ: 03.365.831/0001-55
Pan Serviços de Administração Rua Augusto Tolle, 901 – Santana – São Paulo – SP CEP: 02405-001 Telefone: (0XX11) 2679-5589 E-mail: leandro.braconaro@panadm.com.br Contato: Leandro CNPJ: 09.541.408/0001-45	RN Consultoria e Engenharia de Avaliações Ltda Rua Carlos Comenale, 263 - 4º andar - Bela Vista/ SP CEP: 01332-030 Telefone/fax: (0XX11) 3541-3887 Celular: (0XX11) 9941-5524 e (0XX11) 8381-4671 E-mail: rnconsult@rnconsult.com.br e rocooke@terra.com.br Contato: Ana Maria Rosangela CNPJ: 01.787.361/0001-92
WRB Tecnologia Ltda Rua Praia do Castelo, 85/92 – Vila Mascote – São Paulo - SP CEP: 04362-020 Telefone: (0XX11) 5011-8044 e 5565-1026 Fax: (0XX11) 5011-7715 Celular: (0XX11) 9966-1784 E-mail: wrbtecon@ig.com.br; wrbtecon@terra.com.br Contato: Roséle Bengnardi CNPJ: 03.344.760/0001-04	

69

C

60

66

↑


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729392

PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento de procuração **ÁGUAS DO PARAÍBA S/A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na Rua José Alves Azevedo, n.º 233, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 01.280.003/0001-99 ("Outorgante"), neste ato representada por seus Diretores **MARCIO SALLES GOMES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 09422791-5, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o n.º 023.948.017-19, residente e domiciliado na Rua Adão Hoeltz, n.º 07, Petrópolis/RJ, CEP 25645-080 e **MARIO HENRIQUE FAZZA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º M1151543, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF sob o n.º 236.659.556-53, residente e domiciliado na Rua Doutor Donato Pinto, n.º 97, Parque Imperial, Juiz de Fora/MG, CEP 36036-340, em conjunto, nomeia e constitui seus bastante procuradores, de forma irrevogável e irretratável: (i) Sra. **MARIA IZABEL MARTELLETO**, brasileira, solteira, economista, portadora da carteira de identidade RG n.º 06.484.664-5, expedida pelo IFP/RJ e inscrita no CPF sob n.º 024.175.487-98, domiciliada na Rua Marquês do Paraná, n.º 110, parte, Centro, Niterói/RJ.; (ii) Sr. **GLAUCUS PIMENTA DE SOUZA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade n.º 100886, emitida pela OAB/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 020.972.547-80, domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marquês do Paraná, n.º 110, parte, Centro, Niterói/RJ; e (iii) Sr. **MARCELO AUGUSTO RAPOSO DA MOTA** brasileiro, casado, bacharel em Informática, portador da portador da Cédula de Identidade RG n.º 076669118 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 003.359.657-33, domiciliado na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Marquês do Paraná, n.º 110, parte, Centro, com poderes para, sempre atuando em conjunto, celebrar todos os atos necessários à correta realização e formalização da 1ª (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em série única, da Outorgante, para colocação pública com esforços restritos de distribuição ("Emissão"), incluindo, sem limitação:

SP - 10707236v1

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5



729393

1. celebrar, em nome da Outorgante, na qualidade de emissora, o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas do Paraíba S.A." ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Outorgante, a Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários ("Agente Fiduciário") e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB"), na qualidade de interveniente anuente, bem como seus eventuais aditamentos;

2. celebrar, em nome da Outorgante, na qualidade de emissora, o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da Primeira Emissão da Águas do Paraíba S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Outorgante, o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e a SAAB, na qualidade de interveniente anuente bem como seus eventuais aditamentos; e

3. celebrar os demais documentos e instrumentos relacionados com a Emissão e, de um modo geral, praticar em nome da Outorgante todos e quaisquer atos necessários para o bom e fiel cumprimento desta procuração, como se a Outorgante estivesse pessoalmente presente e os tivesse praticado ela própria; exercendo todos os direitos e cumprindo todas as obrigações e os deveres correspondentes em nome da Outorgante.

O presente instrumento terá validade de 01 (um) ano a contar da data de sua assinatura.

Campos dos Goytacazes, 16 de setembro de 2014.

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A

Marcio Mario Salles Gomes

Cargo: Diretor

Nome: Mario Henrique Fazza

Cargo: Diretor

89 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira
Rua da Assembleia, No 10 - ss 114 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Reconheço por semelhança a firma de: MARCIO SALLES GOMES
Cod: X000000C7FE5

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade.
ANTONIO CARLOS DE SOUZA RODRIGUES
EAMU-77699 OSU Consulte em <https://www3.tjrj.onsitepublico>

SP - 10707236v1

89 OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira
Rua da Assembleia, No 10 - ss 114 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Reconheço por semelhança a firma de: MARIO HENRIQUE FAZZA
Cod: X000000C7FE9

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade.
ANTONIO CARLOS DE SOUZA RODRIGUES
EAMU-83399 CTE Consulte em <https://www3.tjrj.onsitepublico>
CTPS: 578347513

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: AGUAS DO PARAIBA S/A
Nire: 33300163344
Protocolo: 0020143307410 - 19/09/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 24/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: BE8CF5B324313004C4CFD4D82B94EA47C505BF99F96ADB3D3A084D22FE48492F
Arquivamento: ED33000565-000/5